

Da África do Norte para a África Subsaariana – Grupos radicais islâmicos no Mali e na Nigéria

From North Africa to sub-Saharan Africa – radical Islamic groups in Mali and Nigeria

Pio Penna Filho*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 46 a 52]

Introdução

Desde o final dos anos 1990 muitos países africanos apresentam taxas de crescimento significativas. Isso só foi possível pela estabilização política conquistada desde o fim das terríveis guerras civis ocorridas durante a primeira década do pós-Guerra Fria e que, de uma forma muito incisiva, acabaram estigmatizando o continente como um todo. Contudo, a estabilização política alcançada por muitos Estados africanos não resultou no fim dos conflitos em todas as regiões desse vasto continente. Alguns países permaneceram em situação de crise e outros conflitos surgiram, mas de natureza diversa daquela experimentada ao longo dos anos 1990.

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é discutir o transbordamento e a permanência de alguns movimentos radicais islâmicos que, gradativamente, passaram a atuar em áreas limítrofes entre a África do Norte e a África subsaariana, especialmente em dois países, o Mali e a Nigéria. Busca-se, também, abordar, mesmo que de forma superficial, os impactos que tais movimentos causam para as relações internacionais desses países, colocando o dilema da intervenção estrangeira, no caso do Mali, ou das respostas governamentais, no caso da Nigéria, para a solução dos conflitos.

Movimentos Radicais Islâmicos – Mali e Nigéria

O surgimento e a permanência de movimentos radicais islâmicos em alguns países africanos são novas ameaças à ordem e à segurança dos Estados, a exemplo do crescimento das atividades do crime organizado, tráfico de drogas e insegurança marítima em algumas importantes zonas costeiras do continente.

O radicalismo islâmico na África ainda está concentrado em algumas regiões e países, mas conta com potencial para se alastrar ou fazer sentir diretamente os seus efeitos em outras regiões. Ele se faz presente em países do Norte da África e em alguns Estados da zona limítrofe entre essa região e a África subsaariana, nomeadamente e com mais intensidade, nos seguintes países: Argélia, Líbia, Egito, Mauritânia, Sudão (Darfur), Chade, Nigéria, República Centro Africana e Somália.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (piopenna@gmail.com).

O radicalismo islâmico está, na maioria dos casos, estreitamente associado ao terrorismo, uma vez que ocorre uma violenta campanha quase indiscriminada entre alvos civis e militares, imputando grande sofrimento às populações. Seus militantes geralmente são aguerridos e se comportam com uma motivação extrema, agindo de maneira impiedosa ao seguir os preceitos religiosos nos quais depositam sua mais profunda crença. Outra característica importante para o caso africano (mas não só para esse caso) é que os grupos tem atuado de forma transnacional, ou seja, os seus militantes não se limitam a cidadãos do país no qual acontece a ação. Via de regra, os diversos grupos radicais contam em suas fileiras com pessoas proveniente de diversos países, sendo que os seus objetivos raramente se limitam ao espaço geográfico de um determinado Estado.

A seguir será realizada uma análise pontual dos casos do Mali e da Nigéria, dois países que passam por severos conflitos que tem em sua raiz o fator do radicalismo religioso.

O Caso do Mali

A questão do Mali ilustra bem o avanço do radicalismo islâmico em direção à África subsaariana e os novos desafios impostos pelo proselitismo religioso da chamada *jihad islâmica* . Esse episódio será discutido de maneira mais detalhada a seguir.

A intervenção francesa no Mali no primeiro semestre de 2014, que teve grande repercussão internacional, envolve também outros estados europeus que lhe deram apoio político e logístico, entretanto, a iniciativa é, antes de tudo, francesa. Mas o que quer a França no Mali? Por que os franceses promoveram uma nova intervenção militar na África? Seriam os rebeldes do Mali, de fato, uma ameaça para a segurança da Europa como afirmou no início de 2014 a chanceler alemã Angela Merkel? Quais as intenções dos insurgentes do Mali? Para entender o conflito no Mali é preciso voltar as atenções para as questões envolvendo o *Jihadismo* na África e os interesses da França no país e na África, além, é claro, de observar o comportamento norte-americano diante do desafio do “terrorismo global”.

Incapaz de controlar e impor a ordem no seu território, o governo do Mali foi buscar apoio externo para conter o avanço dos insurgentes vindos do norte. Vale lembrar que o país passou por um golpe militar em março de 2012, justificado pelos seus perpetradores justamente pela fraqueza demonstrada pelas autoridades diante da atuação de grupos armados, uma vez que, segundo os militares golpistas, o governo não apresentava disposição para o combate e deixou o Exército desamparado e sem condições de fazer frente às investidas dos insurgentes, o que fragilizou ainda mais a precária estrutura governamental.

O Mali vive um clima de conflito em seu extremo norte desde a década de 1990, quando populações tuaregs se revoltaram e desencadearam operações militares contra o poder central. Mas o conflito de 2013/14, com o avanço de grupos *jihadistas* em direção à capital, possui uma conotação diferenciada e marca um novo momento no conturbado contexto político do país.

Outro agravante que colocou ainda mais combustível na fogueira política do Mali foi o retorno de mercenários vindos da Líbia após a queda de Muammar Khadafi. Grande parte deles acabou se juntando aos grupos rebeldes que atuam no norte, com o detalhe que retornaram bem armados e municiados com as “sobras” da campanha na Líbia. Esse aspecto foi decisivo para dar a conformação atual aos insurgentes, com os *jihadistas* tomando a frente da oposição armada.

Antes da ascensão do jihadismo no norte do país, que é predominantemente muçulmano (cerca de 90% da sua população professa o Islã), o principal grupo que contestava o governo central era o Movimento Nacional para a Liberação da Azawad (MNLA), um movimento notadamente de caráter étnico vinculado ao grupo Tuareg. No caso do MNLA o objetivo é essencialmente político, haja vista que intentam separar a região habitada pelo

grupo Tuareg ou, alternativamente, conquistar um alto grau de autonomia frente a Bamaco. O argumento dos tuaregs é que conformam um grupo cultural e étnico específico e que o governo central historicamente deu muito pouca atenção para a região. Enfim, utilizam o argumento do direito à autodeterminação. De toda forma, o MNLA praticamente saiu de cena, pelo menos por ora, uma vez que foi derrotado em confrontos violentos com os jihadistas do MUJAO em meados de 2012.

Mas o que despertou mais a atenção internacional para o país foi a presença crescente de militantes islâmicos radicais atuando no sul da Argélia e no norte do Mali, e nem tanto a atuação do MNLA. Dentre os fundamentalistas se destacam o Ansar Dine e o Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO). Um aspecto preocupante é que esses grupos *jihadistas* estão intensificando suas operações na África subsaariana e uma das consequências mais imediatas é a desestabilização política da região, com considerável potencial de crescimento e, naturalmente, acabam se revelando uma ameaça concreta aos interesses Ocidentais, sobretudo franceses, em toda a região. No norte Nigéria, por exemplo, se verifica a atuação de grupos semelhantes com objetivos fundamentalistas. Todavia, é preciso destacar que não há, pelo menos por enquanto, nenhuma aliança entre os grupos atuantes nessa região, a não ser o fato de que alguns são considerados afins à chamada rede Al Qaeda, o que no fundo é até questionável.

O Ansar Dine (Defensores da Fé) surgiu no primeiro semestre de 2012 e sua principal liderança, Iyad Ag Ghaly, foi um quadro ativo do MNLA (BBC, 2013). Em abril de 2012 começou a ganhar notoriedade internacional quando tomou a cidade de Timbuktu e anunciou a promoção da *Jihad* contra os oponentes da Sharia. Além disso, seus militantes começaram a destruir monumentos históricos importantes, além de impor a severa lei islâmica (na interpretação da Sharia) às populações sob seu controle, o que causou um grande temor entre muitos habitantes que não tiveram muita escolha a não ser tentar se evadir dessas áreas. Aliás, o objetivo principal do Ansar Dine é justamente impor a Sharia ao Mali e repelir a influência Ocidental sobre o país, nesse caso, predominantemente francesa.

O MUJAO é um dos grupos *jihadistas* mais ativos no Mali. Sua estreia ocorreu em dezembro de 2011 e o seu objetivo é lançar a *Jihad* em toda a África Ocidental, portanto, não se restringindo apenas ao Mali, um dos aspectos que o distingue do Ansar Dine (BBC, 2013). Além do Mali, o MUJAO está em plena atividade também no sul da Argélia. O grupo conta com apoio internacional e suas forças multinacionais revelam o caráter internacionalista dos grupos *jihadistas*. Assim, estão presentes em seus quadros militantes do Mali, Somália, Costa do Marfim, Senegal, Gana, Gâmbia, Mauritânia, Argélia, Guiné e Níger.

É de se notar que nenhum desses grupos prega uma *Jihad* global ou uma ação específica contra o Ocidente. Seus objetivos professados são todos locais, ou seja, limitam-se ao Mali e à região da África Ocidental. Ao passo que o MNLA segue uma lógica político-separatista, os fundamentalistas são movidos pelo sentimento da fé islâmica mais ortodoxa, num contexto em que a grande maioria da população previamente segue o Islã. Mas é fundamental não perder de vista na análise o fato de que todos eles se insurgem contra governantes não afeitos ao diálogo e a concessões políticas, tendo como pano de fundo um país que conta com uma estrutura econômica precária, no qual o Estado não consegue atender minimamente as intensas demandas sociais de sua população, principalmente as parcelas que vivem mais afastadas da capital ou dos centros econômicos mais ativos.

A Resposta Internacional – A Intervenção da França

No caso do Mali, com esses grupos estabilizados e controlando a maior parte do território do país e sem nenhuma perspectiva de vitória das forças governamentais, a França decidiu colocar sua máquina de guerra para funcionar. Para tanto, buscou apoio político entre os seus parceiros europeus, além dos Estados Unidos, e também

assegurou que a intervenção fosse legitimada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. As considerações regionais, ou seja, o envolvimento direto dos africanos para a solução do conflito ficou em segundo plano, pelo menos na perspectiva francesa. Apenas após iniciada a ofensiva militar os franceses se preocuparam, de fato, em desencadear iniciativas diplomáticas para que os países africanos, principalmente os vinculados à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) se comprometessem efetivamente com o envio de tropas, medida considerada por Paris como de grande importância para dar uma feição “africana” à intervenção.

A questão é que os Estados africanos relutam em intervir em conflitos internos porque essas intervenções tem preço elevado, tanto na perspectiva política como militar. Não é uma tarefa simples estabilizar um país com fraturas sociais e religiosas tão profundas e isso é levado em conta no cálculo da decisão política pela intervenção, por mais que algumas potências estrangeiras queiram que isso aconteça.

Tão logo os franceses anunciaram o seu engajamento militar direto, vários países europeus anunciaram apoio logístico para a intervenção, disponibilizando aviões e outros tipos de suporte (European Affairs, 2013). De toda forma, o mais importante foi, sem dúvida, o apoio político, haja vista que a França não necessita desse tipo de ajuda para levar adiante as operações militares no Mali.

Os franceses dispõem de bases militares minimamente equipadas e com pessoal experiente na África, sem contar que já estão razoavelmente acostumados a entrar em ação em países africanos, portanto, puderam se mobilizar rapidamente. Ademais, nenhum outro país Ocidental se mostrou disposto a se envolver diretamente no conflito no Mali, sobretudo porque pelas suas características seria necessário, justamente como ocorreu, o emprego do poder aéreo associado a uma investida terrestre, uma vez que o emprego isolado do poder aéreo não seria capaz de trazer resultados práticos.

Não é à toa que muitos analistas observaram que os problemas franceses tenderiam a se agravar rapidamente. Isso porque é muito difícil imaginar uma vitória rápida sobre os *jihadistas*, seja em que cenário for, e que deliberadamente evitam o embate direto com as tropas superiores, recuando e se escondendo para depois se reagrupar em unidades menores ou mesmo deslocar sua atuação para outras áreas. Ou seja, esse tipo de guerra implica numa custosa ocupação efetiva de vasto território por um tempo indeterminado, presumivelmente longo.

Uma parte da explicação para a intervenção francesa no Mali é que a França, como ex-potência colonial, mesmo após o processo de descolonização, continuou mantendo a maior parte das suas ex-colônias como zonas de influência. Ou seja, os franceses não se retiraram totalmente da África e mantiveram uma política muito ativa para a maior parte das ex-colônias, inclusive mantendo bases militares em diversos países e interferindo regularmente nos assuntos internos desses países.

Curioso é observar que há um elevado grau de apoio na sociedade francesa com relação a política africana da França. As intervenções e a permanência de bases militares na África são vistos com certa naturalidade, embora seja a França o único país a se comportar dessa maneira. Assim, sucessivos governos mantêm um padrão muito semelhante quando o assunto é África, independente se possuem uma conotação de “esquerda” ou de “direita”.

A França teve, ao longo das últimas décadas, um comportamento político deplorável no seu relacionamento com a África. Não é à toa que muitos ex-ditadores africanos buscaram, em algum momento, refúgio na França, seja para si e os seus familiares, seja para os seus bens (“naturalmente” adquiridos de forma ilícita, às expensas das populações africanas). Ademais, é sempre bom lembrar que no caso do genocídio em Ruanda, ocorrido em 1994, os franceses dispunham de tropas no país e acabaram ficando ao lado dos genocidas, um fato que arranha profundamente a imagem de um país que se considera portador de valores morais e civilizacionais superiores. Muitos líderes africanos, por sua vez, tem a sua parcela de culpa nessa relação, haja vista que a maior parte das ingerências francesas aconteceu – e continua acontecendo – com o beneplácito desses dirigentes, que veem na ex-metrópole a forma mais segura e garantida de manterem-se no poder.

O padrão do relacionamento da França com a África sugere que a afirmação do país como uma potência mundial passa pela permanente tutela dos estados francófonos africanos. Além disso, existem também os interesses materiais, embora esses, por si sós, não expliquem as características especiais da política africana francesa. Mas é sempre bom ressaltar que a exploração dos recursos naturais de algumas das antigas colônias permaneceu sendo uma atividade quase exclusiva de empresas francesas, como a mineração de urânio e outros minerais estratégicos.

É de se notar também uma contradição no discurso francês com relação a África. Recentemente, o presidente da França, François Hollande, chegou a afirmar que o seu governo estava decidido a mudar a tradicional política intervencionista nos países africanos. Sua declaração foi feita quando o presidente da República Centro Africana solicitou apoio militar francês para conter o avanço de grupos insurgentes, que estão bem próximos de Bangui, a capital do país. Embora a França disponha de tropas na capital, Paris anunciou que não iria se envolver diretamente, o que acabou de certa forma forçando os países africanos aliados ao governo da República Centro Africana a agirem, principalmente o Chade.

O grande problema do Mali e de tantos outros países africanos reside na pobreza generalizada e na falta de um poder público que alcance a população. Não é à toa que as revoltas frequentemente surgem na periferia dos Estados, justamente nas áreas mais abandonadas. Enquanto o problema do desenvolvimento e da inclusão social não forem enfrentados, as esperanças são poucas. Não há solução estritamente militar para a maior parte dos conflitos africanos e o fundamentalismo religioso surge como um elemento complicador a mais em contextos de instabilidade crônica.

O Caso da Nigéria: O Boko Haram

Em maio de 2015, numa ação ousada e malsucedida em termos de projeção de imagem, um dos grupos fundamentalistas mais ativos de toda a África subsaariana, o Boko Haram, sequestrou quase trezentas meninas nigerianas no norte do país. O grupo alegou que iria “vender” a maior parte das meninas e que o restante seria tratado como escravas sexuais ou deveriam se casar com seus membros. Essa ação foi mais uma na mais recente escalada do fundamentalismo islâmico na Nigéria, o país mais populoso da África.

O Boko Haram é um grupo terrorista surgido na Nigéria por volta de 2002, quando iniciou ações violentas contra alvos militares e não-militares. Estima-se que o grupo já matou milhares de pessoas e fez com que um número muito maior se viu obrigado a se deslocar de suas regiões de origem em busca de segurança em outras partes do país ou mesmo a buscar refúgio no exterior. Sua liderança parte da premissa de que é necessário impor aos países africanos a sharia, ou lei islâmica, não limitando os seus objetivos especificamente à Nigéria. São totalmente contra os princípios Ocidentais (o termo “Ocidentais”, nesse sentido, vincula-se aos seguintes valores: cristianismo, Estado laico, democracia, liberalismo e sociedade consumista), sendo que a expressão “boko haram” significa “a educação não islâmica é pecado”.

A partir dessa ideia, escolheram como forma de luta o terror contra populações civis, que se tornaram o alvo principal de suas ações. Assassinatos, sequestros, estupros e atentados a bomba são os métodos mais utilizados pelo grupo. Mas não apenas os civis são alvos da ação do Boko Haram. O grupo já atacou instalações policiais, instituições públicas e políticos.

A reação do governo nigeriano tem se demonstrado ineficaz para erradicar o grupo ou mesmo para limitar suas ações. As forças de segurança nigerianas já se confrontaram diversas vezes com o Boko Haram tendo, inclusive, eliminado o líder do grupo em 2009. Mas a falta de continuidade na repressão sistemática ao grupo permitiu sua recomposição e uma escalada em suas ações violentas.

O Boko Haram não é um grupo insurgente qualquer. Seus militantes são dedicados a uma causa impossível de ser alcançada e, mesmo assim, demonstram fidelidade incomum aos ideais radicais que pregam e aos seus líderes. Da mesma forma, seus métodos são ultraviolentos e estão longe de obter apoio popular para a causa, que não parece ser observada como uma política a ser perseguida para atingir o objetivo final.

É importante, nesse sentido, observar que o Boko Haram não conta com apoio da maior parte da população das regiões onde atua, mesmo considerando que são regiões predominantemente muçulmanas. Sua base de apoio principal vem de outros grupos radicais, dentro e fora da África.

Entretanto, é preciso considerar que a estrutura política, econômica e social nigeriana acaba favorecendo a insurgência de grupos como o Boko Haram. Isto porque o país, apesar de contar com um Produto Interno Bruto expressivo e ser um grande produtor de petróleo, além de possuir uma economia diversificada, principalmente quando comparada a outros países africanos, apresenta um quadro generalizado de corrupção, desigualdade social e disparidades regionais expressivas. O fator étnico, embora não decisivo, e o religioso, ajudam a compor a complexidade do quadro local., haja vista que existe no país uma divisão regional em termos de crença religiosa, com a maioria da população na região Norte e Nordeste professando o islã.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração para o caso nigeriano está relacionado com as influências externas. Com efeito, a ação de movimentos jihadistas no Norte da África e mesmo em partes do mundo muçulmano, acabaram por influenciar que radicais islâmicos entrassem em atuação nas regiões predominantemente muçulmanas da Nigéria, o que redundou em alguns vínculos com outros grupos. Para o presidente francês François Hollande, por exemplo, existem elos entre o Boko Haram e outros movimentos como o grupo *Al-Qaida in the Magreb* (AQIM). Ainda segundo Hollande, o Boko Haram é uma “ameaça para toda a África Ocidental, assim como para a África Central”. (HAARETZ, 2014)

Para erradicar o Boko Haram certamente o governo da Nigéria deverá contar com apoio externo. Com o sequestro das meninas nigerianas o Boko Haram facilitou, e muito, o caminho para que o governo nigeriano tome atitudes mais firmes para reprimir o grupo. A comoção internacional em torno desse sequestro e os assombrosos relatos das meninas que conseguiram fugir realçam a necessidade de uma ação firme e decidida no combate ao terrorismo no norte da Nigéria.

Naturalmente não será uma missão fácil, mas o fato é que o governo da Nigéria precisa lidar de maneira mais efetiva contra o Boko Haram e seus associados. Já está provado que não há negociação política aceitável pelos terroristas islâmicos que atuam no país e a única saída é o banimento desse grupo. É muito difícil pensar numa solução negociada que permita a reinserção social dos militantes islâmicos do Boko Haram.

A Nigéria é um país bem estruturado para os padrões africanos e possui recursos suficientes para que o Estado consiga se impor sobre grupos radicais como esse. O que falta é basicamente decisão política e apoio externo, sem a necessidade de uma intervenção direta, como ocorreu no caso do Mali. Aparentemente ambos estão agora mais do que disponíveis para o governo, ou seja, tanto a decisão política interna como o apoio externo, mas pelo visto ainda levará um bom tempo até que o Boko Haram seja derrotado e deponha as armas.

Considerações finais

Os casos analisados neste artigo demonstram que grupos fundamentalistas islâmicos atuam nas zonas mais longínquas de expansão islâmica em parte da África Ocidental e nas áreas próximas à zona de transição entre o Norte da África e a África subsaariana. Há uma clara influência dos movimentos islâmicos do Magreb nessa região e sua presença e persistência parecem indicar que esses países africanos ainda terão que conviver com essa realidade durante muitos anos.

Outra conclusão que se pode chegar é que dificilmente os Estados africanos afetados pela presença de radicais islâmicos conseguirão debelar esses movimentos sem ajuda externa. Nos casos estudados, um Estado frágil, o Mali, recebeu uma intervenção externa direta para impedir a tomada do poder pelos insurgentes e o outro, mais bem consolidado, a Nigéria, não conseguiu, pelo menos por enquanto, apesar de alguma ajuda externa, vencer ou controlar as ações do Boko Haram.

Por fim, é razoável salientar que a característica fundamentalista religiosa desses grupos é, de fato, uma ameaça para toda a região onde atuam. Seus objetivos são políticos, mas eles colocam a religião num plano superior e querem governar não um país, mas sim conduzir a vida dos fieis de acordo com suas crenças religiosas.

Referências

- BBC – Mali crisis: Key players. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130114_franca_mali_hollande_ac.shtml>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.
- EUROPEAN AFFAIRS, 2013. Eu debate over French support in Mali heats up. <<http://www.euronews.com/2013/01/15/eu-debate-over-french-support-in-mali-heats-up/>>. Acesso em 23 de outubro de 2014.
- HAARETZ, 2014. France, African states ‘declare war’ on Boko Haram. <<http://www.haaretz.com/news/world/1.591226>>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

Resumo

O artigo discute o transbordamento de alguns movimentos radicais islâmicos que atuam em áreas limítrofes entre a África do Norte e a África subsaariana, especialmente em dois países, o Mali e a Nigéria. Analisa os impactos que tais movimentos causam para as relações internacionais desses países, colocando o dilema da intervenção estrangeira, no caso do Mali, ou das respostas governamentais, no caso da Nigéria.

Abstract

The aim of this article is to discuss the action of some radical Islamist movements that began operating in border areas between North Africa and sub-Saharan Africa, especially in two countries, Mali and Nigeria. The article analyzes the impacts that such movements cause for the international relations of these countries, putting the dilemma of foreign intervention in the case of Mali, or government responses in the case of Nigeria.

Palavras-chave: África; Terrorismo; Fundamentalismo Islâmico

Key words: Africa; Terrorism; Islamic Fundamentalism

*Recebido em 10/11/2014
Aprovado em 23/12/2014*